

# tem pronta minuta da 1ª Carta de Intenções

BRASÍLIA — A Comissão de Negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) redigiu, no fim de semana, a minuta de uma Carta de Intenções que apresentará hoje à missão do Fundo, na abertura oficial das negociações sobre o novo programa brasileiro de austeridade. O texto final do documento, guardado em sigilo, estava em fase de conclusão no início da noite de ontem, revelaram fontes do Governo.

A numeração da nova Carta será modificada. Interrompendo a seqüência de sete cartas enviadas pela administração anterior, o documento receberá o número um, numa clara demonstração de que o Governo quer iniciar um novo ciclo de negociações com o Fundo. De acordo com as fontes, a Carta será negociada em bases mais realistas, contendo metas viáveis para a inflação e o déficit público. A intenção das autoridades é moralizar o documento, evitando as sucessivas desculpas pelo não cumprimento dos números fixados.

O Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, afirmou que o Brasil tem metas próprias, independentes das do FMI, para combater a alta dos preços e reduzir o déficit. Segundo ele, as propostas brasileiras não implicam mais recessão:

— O FMI quer para este ano uma inflação de 160 a 180 por cento? Eu quero zero. Mas resta saber se isso será possível, sem comprometer a economia.

Dornelles garantiu que a fórmula de cálculo da correção monetária será mantida, embora venha apresentando diferença em relação à inflação mensal e, com isso, provocando o aumento da dívida pública.

— A dívida pública não vence toda num mesmo dia. Em um período médio e longo vamos ver que a fórmula dará certo.

## Capitalização será debatida

BRASÍLIA — Os empresários brasileiros proporão amanhã, na abertura da VIII Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, a capitalização total ou parcial da dívida das subsidiárias brasileiras das multinacionais americanas. Eles examinarão meios de incentivar os investimentos, reduzindo o recurso aos empréstimos de curto prazo.

Será discutida também a diminuição das barreiras à transferência da tecnologia. O Brasil reconhece que ainda precisa da tecnologia americana para seu desenvolvimento e pedirá a redução das restrições dos Estados Unidos à reexportação de sua tecnologia, assim como o fim da tributação.